



LIMITES E POSSIBILIDADES DE ATENDIMENTO DA PNRs: O CASO DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE-AP NA FRONTEIRA COM A GUIANA FRANCESA

Janira Damasceno de Lima¹ (janeeqfpa@yahoo.com.br), André Luís Assunção de Farias¹ (ala.defarias@gmail.com)

1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NA AMAZÔNIA

RESUMO

Considerando o interesse em solucionar problemas relacionados à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, surgiu em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, PNRs- Lei nº 12.305/2010, ela tem como objetivos a melhoria da gestão do lixo nas cidades a partir da mobilização de esforços (divisão de responsabilidades) entre a sociedade, poder público e a iniciativa privada, com vistas a colocar em prática até 2014 ações que possibilitem a extinção de impactos decorrentes da destinação inadequada de resíduos. Desde sua aprovação, tem cobrado a erradicação dos lixões, remediação e instalação de aterros sanitários, principalmente, o que ainda não foi atendido pela maioria dos municípios, entre eles, os amapaenses, dos quais, quatorze são considerados de pequeno porte, incluindo aí o Oiaoque, localizado na fronteira do Amapá com a Guiana Francesa. O Oiaoque enfrenta dificuldades para cumprir as determinações desta lei, principalmente pelos problemas financeiros, de gestão e a condição ecológica, pois 98,37% de seu território já está institucionalizada por áreas protegidas. Esta condição acaba por restringir às áreas destinadas à implantação de aterros. A pesquisa teve como objetivo realizar levantamento dessas dificuldades e foi realizado em duas etapas, a preliminar, com levantamento bibliográfico e a confirmatória, utilizando questionário e visita ao município. A partir dos dados coletado foi possível montar o diagnóstico da gestão e gerenciando dos resíduos sólidos neste município identificando os problemas ambientais e sociais associados à destinação inadequada de resíduos e as perspectivas de atendimento a política.

Palavras-chave: Política nacional de resíduos sólidos; Gestão; Gerenciando de resíduos sólidos.

LIMITS AND POSSIBILITIES PNRs CALL: THE CASE OF OIAPOQUE -AP MUNICIPALITY OF THE BORDER WITH FRENCH GUYANA

ABSTRACT

Considering the interest in solving problems related to the management and solid waste management, appeared in 2010, the National Policy on Solid Waste, PNRs- Law number 12.305 / 2010, it aims to improve waste management in cities from the mobilization efforts (division of responsibilities) between society, government and the private sector, in order to put on practice until 2014 actions that allow the extinction of impacts of inadequate waste disposal. Since its approval, it's charged the eradication of the dumps, remediation and installation of sanitary landfills, mainly, which hasn't been met by most municipalities, including the Amapá, of which fourteen are considered small there, including the Oiaoque, Amapá located in the border with French Guiana. The Oiaoque is struggling to meet the provisions of this law, mainly by financial problems, management and ecological condition 98.37% of it's territory is already institutionalized including protected place. This condition eventually restricted to place for the implementation of landfills. The research aimed to carry out a survey of these difficulties, was conducted in two stages, first with literature and confirmatory using questionnaire and visits to the city. From the data



collected it was possible to mount the diagnostic management and managing solid waste in this municipality identifying the environmental and social problems associated with the improper disposal of waste and the prospects of service policy.

Keywords: National solid waste policy; Management; Managing solid waste.

1. INTRODUÇÃO

As discussões e a preocupação sobre a temática Gestão e Gerenciamento de Resíduo Sólido têm alcançado grande repercussão nos últimos tempos, principalmente, no que se refere à adoção de Políticas Públicas, a recente aprovação da PNRS (Lei nº 12305/2010) é um exemplo disso. Ela surgiu como fundamental para nortear ações que visem reduzir a produção desenfreada de RSU (Resíduos sólidos Urbanos) e promover a destinação final adequada, a fim de minimizar impactos ambientais. O problema, é que na maioria dos municípios brasileiros, inclusive o Oiapoque, o modelo de gerenciamento/gestão dos resíduos adotado ainda está pautado na execução de medidas paliativas, ou seja, a preocupação está somente em coletar, transportar e destinar os resíduos a lugares mais afastados dos centros urbanos, sem qualquer planejamento ou preocupação ambiental e sanitária.

Segundo a literatura especializada, essa forma de gestão tem-se mostrado totalmente ineficiente, prova disso é que cada vez mais esses pontos de destinação têm avançado tornando maiores às áreas consideradas insalubres. Normalmente, são encontrados nesses locais resíduos domiciliares, hospitalares, industriais (pneus, OLUC), de matadouros, construção civil e produtos eletroeletrônicos totalmente expostos às variáveis ambientais, gerando na sua decomposição lixiviados (chorume), metais pesados e os gases odoríferos, que constituem riscos à saúde humana e aos recursos naturais (LAUERMANN, 2007).

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, esses problemas afetam 82% da população nacional, adquirindo uma dimensão considerável em função da gravidade frente às consequências indesejáveis para a saúde, o bem estar da população e a qualidade do meio ambiente. Contribui para isso, a falta de consciência das autoridades municipais que justificam a falta de investimento à fragilidade gerencial e orçamentária. E esta realidade representa a situação encontrada no Oiapoque.

Essa temática é antiga, porém no Amapá e especificamente no Oiapoque merece atenção especial. O estado configura-se como o que possui o maior percentual de área protegida e o Oiapoque tem em seu território 98,37% de áreas já institucionalizadas incluindo áreas de proteção ambiental, terras indígenas e áreas militares, ficando sob jurisdição municipal apenas 1, 63 %.

Para entender como se deu a organização, as limitações, ações de melhorias quanto ao gerenciamento de resíduos e as possibilidades de atendimento da PNRS dentro do município de Oiapoque frente a sua situação ecológica, faz-se necessário apresentar um conjunto de recortes sobre as condições socioambientais do Município. As caracterizações aqui apresentadas referem-se aos aspectos socioeconômico e os fatores que influenciam o desenvolvimento do município, Organização do Sistema Municipal de Meio Ambiente, Contexto Ambiental e principais questões ambientais do município incluindo a questão de atendimento da PNRS.

2. OBJETIVOS

2.1 Geral

Oferecer cenários atuais aos poderes executivos, municipal e estadual, que possibilitem o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, considerando estes como estratégia de atendimento à PNRS, compatibilizando a conservação, o desenvolvimento e a sustentabilidade.



2.2 Específicos

2.2.1 Realizar levantamento dos arranjos metodológicos que município adota para atender a PNRS;

2.2.2 Realizar avaliação das dificuldades que o município está encontrando para dar início ao processo de gestão de seus resíduos sólidos (Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos, Desativação/recuperação das áreas impactadas pela disposição de lixo e instalação de aterros sanitários).

3. METODOLOGIA

A pesquisa se propôs a trabalhar com abordagem predominantemente qualitativa, de natureza aplicada, e utilizou como método de pesquisa o estudo de caso. As coletas dos dados foram realizadas por meio de pesquisa bibliográfica, documental e realização de questionários e entrevistas com os atores envolvidos. A investigação foi realizada em duas etapas:

(a) A preliminar, com levantamento bibliográfico nas diversas fontes incluindo arquivos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Planos Municipais de Saneamento Básico, ambos em elaboração), dos órgãos estaduais tais como, o Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá- IMAO (Processo de Licenciamento Ambiental), Secretaria Estadual de Meio Ambiente-SEMA (Agenda Marrom) e Agência de Desenvolvimento do Amapá- ADAP (Projeto de Instalação de Aterro Sanitário), do Órgão Federal, no caso a FUNASA, além de livros, dissertações, teses e artigos científicos, ligados à política pública, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão de resíduos sólidos;

(b) A confirmatória, com a realização de entrevista com aplicação de questionário com atores envolvidos, principalmente funcionários da secretaria de Meio Ambiente e reconhecimento, Coleta de dados no município sobre as condições da limpeza urbana (sistema de coleta e transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, custos efetivos, receitas dispensada a gestão e avaliação do serviço prestado).

A escolha do Universo Espacial (Município de Oiapoque- área urbana) levou em consideração os seguintes fatores: 1) o fato de estar enquadrado como municípios de pequeno porte com população inferior a 50.000 habitantes, 2) vivenciar problemas socioambientais associados à falta de gestão e gerenciamento de resíduos sólidos e 3) por ter em seu território 98,37% de áreas já institucionalizadas incluindo áreas de proteção ambiental, terras indígenas e áreas militares, o que também influencia no atendimento da PNRS.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Oiapoque foi elevado à categoria de município em 1945, sendo um dos mais antigos do estado do Amapá. Anterior a isso, segundo Nascimento (2009), os primeiros sinais de povoamento do lugar ocorreram no século XIX, com a ocupação de crioulos guianenses e antilhanos, que ocuparam o lugar dos índios Oyâmpis, que a partir daí migraram em direção a Serra do Tumucumaque. O primeiro nome do povoado tinha influência francesa (Martinica do Oiapoque). O Município é constituído, além da sede, por Vila velha do Cassiporé, Taperebá e o Distrito Militar de Clevelândia do Norte.

O município está localizado ao Norte do Estado do Amapá e possui uma área de aproximadamente de 22.625 km² e população de 20.509 habitantes (IBGE, 2010). Segundo essa mesma fonte, a população estimada para 2014 foi de 23.628, cerca de 80% dessa população vive na área urbana, assim como nos demais municípios do estado. Entre 2000 e 2010 houve um aumento de mais de 50% em sua população total, superando, em percentual de crescimento os três Municípios mais populosos do estado do Amapá (Macapá, Santana e Laranjal do Jari).

O Oiapoque faz limites com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari e na fronteira com duas colônias da Guiana Francesa, Saint-Georges-



de-l'Oyapock, com a qual tem relações comerciais e sociais bem significativa e Camopi, localizada em frente a uma pequena vila de Oiapoque, Vila Brasil.

Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque de 2009, nos últimos 30 anos, o município mudou varias vezes seu perfil econômico, sendo que hoje sua principal atividade voltou-se ao comércio e apoio logístico e financeiro ao garimpo, que se fortaleceu no final da década de 90.

O município tem uma importância estratégica para o país pela sua condição de guarda e proteção das fronteiras nacionais com a Guiana Francesa. Dispõe de grandes áreas Florestais de grande importância ambiental. Fazem parte de seu território três áreas indígenas e duas unidades de conservação ambiental nacional, o Parque Nacional do Cabo Orange e Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, além da Flota do Amapá.

4.1 Desenvolvimento Econômico Local

O setor de comercio é o grande responsável pela economia do município, o Oiapoque conta com mais de cem estabelecimentos somente no centro e totaliza 257 empresas atuantes (IBGE, 2012), com uma participação inferior tem-se a pesca, predominantemente artesanal e a agricultura. No setor secundário, Oiapoque já possui algumas fabricas de beneficiamento de pescado, produção de gelo e segundo informações da ADAP, o Município poderá receber um Distrito Industrial, cujo parque seria composto por empresas com atividades voltadas para o beneficiamento de pescado, produção de gelo, fábricas de palmitos entre outras. O setor terciário conta com inúmeros bares, hotéis, motéis que participam ativamente da vida econômica do município. Vale ressaltar que o município possui vocação natural para o turismo, que desenvolve-se basicamente na visita a Cachoeira Grande, a Vila Brasil, que fica na cabeceira do rio Oiapoque, o Parque Nacional do Cabo Orange e a Serra do Tumucumaque. Segundo o Atlas Brasil (2013), o Índice de desenvolvimento Humano do Oiapoque em 2010 era de 0,658.

Vale salientar que apesar do Oiapoque, como já dito anteriormente ser uma cidade de fronteira e por isso tem-se uma visão de que desempenha papel estratégico do ponto de vista econômico e da circulação, salienta-se que esta analogia veio acompanhada de diversos problemas, tais como problemas de segurança pública (contrabando e drogas, prostituição, problemas com garimpo ilegal, entre outros) .

4.2 Fatores que influenciam o desenvolvimento do Município de Oiapoque

Para Silva (2013), há alguns fatores que influenciam diretamente no desenvolvimento do município, a citar: a posição geográfica fronteiriça, a estrutura fundiária e a carência de infraestrutura. No que se refere à posição geográfica fronteiriça, o Oiapoque encontra-se numa posição bem privilegiada, visto que é a única que possui um ponto de confluência entre um país sul-americano e um país europeu, e segundo o mesmo autor esse é um dos fatores que apresenta influência direta no comportamento econômico, social, político e cultural das colônias da Guiana Francesa como de Camopi, Saint-Georges-de-l'Oyapock e Cayenne, e ainda configura-se como um mercado potencial quando da abertura da ponte binacional.

Quanto à estrutura fundiária, o problema refere-se que a quantidade de terras que ainda encontra-se sob o domínio da União e conseqüentemente não são tituladas, sendo assim, atividades econômicas mais expressivas esbarram na impossibilidade de aquisição de financiamento junto aos bancos e agências de fomento por conta da falta de titularidade das terras, pois a falta de posse definitiva é um fator limitante na aquisição de tais incentivos. Esta situação fundiária, não é um problema exclusivo do Município de Oiapoque é extensivo aos demais e constitui um dos maiores problemas.

Um outro problema que pode influenciar no desenvolvimento do município e no atendimento de políticas públicas é a carência de infraestrutura, Silva (2013), afirma que Oiapoque encontra-se imerso a um problema grave do sistema de saneamento básico incluindo dificuldade na coleta e destinação de lixo, carência de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário,



carência no asfaltamento de ruas, opções de lazer, falhas no abastecimento de energia elétrica. Toda essa questão é relatada em diagnósticos realizados pelo Ministério Público Estadual-MPVAP, IMAP e ADAP e foi confirmada nas pesquisas de campo realizadas de entre 2013 e início de 2016. A energia é outra limitação do município, tem se tornando comum as constantes quedas de energia, elemento fundamental para funcionamento de um conjunto de atividades. O sistema de energia do Oiapoque é independente e é oriunda de uma usina composta por quatro geradores à óleo diesel.

O Município também é carente de serviços de saneamento adequado (abastecimento de água potável, manejo da água fluvial, coleta e tratamento do esgoto, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos). O abastecimento de água é feito pela Companhia Estadual de Abastecimento de Água e Esgoto (CAESA), que atende somente 30% do total necessário e somente o bairro central e suas proximidades, as residências localizadas nos demais bairros possuem geralmente poço Amazonas. As demais localidades consomem água dos rios, normalmente sem tratamento adequado, utilizando-se hipoclorito para a potabilização da água em alguns casos (ICMBio, 2009). O serviço de coleta, transporte e disposição dos resíduos sólidos urbanos é precário (esta problemática é objeto de Dissertação de mestrado desta autora), não há qualquer tipo de tratamento ou separação do lixo coletado, esses resíduos estão sendo depositado na Lixeira Pública, localizada a cerca de 700 metros do perímetro urbano do município, o local possui características de lixão e se instalou em uma área particular de cerca de 4 hectares aproximadamente. O terreno é fortemente acidentado, e está muito próximo ao Rio Pantanarri. O chorume proveniente do lixão escoar em direção a este rio que deságua no rio Oiapoque.

Para Silva (2013), também constitui um fator limitante ao desenvolvimento do município, o estado que se encontra a rodovia BR-156, rodovia que faz a ligação entre Oiapoque e Macapá. O trecho entre Calçoene e Oiapoque de 110 km de estrada de terra, dificulta o fluxo de veículos entre Oiapoque e a capital, o que acaba encarecendo os preços de produtos oriundos de Macapá, principalmente em períodos chuvosos, quando o trecho fica praticamente intransitável. Salienta-se, que o acesso ao Oiapoque é a BR-156 e soma 590 km de distância, faltando apenas 110 km para conclusão do asfaltamento. Segundo as referências consultadas, esta rodovia é parte integrante do corredor da fronteira Norte, considerada a espinha dorsal dos transportes amapaenses, cujo objetivo é interligar o Brasil aos países vizinhos da região Norte (Guiana Francesa / França, Suriname e Guiana) por meio de um conjunto de infraestruturas rodoviárias, que inclui a rodovia Tranguianense, um conjunto de rodovias dos países acima citados que tem por objetivo a utilização do Porto de Santana/AP por outros países, como a França, para intercâmbio comercial. O uso dessa via é muito importante para movimentação turística regional, de mercadorias e pessoas.

O município dispõe de dois outros equipamentos de infraestrutura, o aeroporto, que recebe vôos comerciais regulares e a Ponte Binacional sobre o Rio Oiapoque, segundo o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, Ponte Internacional Sobre o Rio Oiapoque, seu funcionamento completará uma ligação rodoviária que, além de ligar Oiapoque e Saint-Georges, permitirá o tráfego desde Macapá até Caiena, capital da Guiana Francesa, (pela RN-2, de Saint-Georges a Caiena) e, na continuação, até Saint-Laurent-du-Maroni, na fronteira Oeste da Guiana Francesa com o Suriname (pela RN-1), numa importante via de interligação do Brasil com os países vizinhos. Atualmente, a ligação com o município de Saint-Georges é feita através de catraias (pequenos barco metálicos com motor de polpa) e também pelo ferry-boat (responsável pelo transporte de veículos e de cargas pesadas).

4.3 Organização do sistema municipal de meio ambiente e gestão de resíduos sólidos

4.3.1 Organização do sistema municipal de meio ambiente

O Município do Oiapoque já possui um número razoável de entidades sociais representados por conselhos, sindicatos e associações, que desempenham importante papel em decisões políticas. Um dos Conselhos com representação significativa no município é o Conselho de Meio Ambiente,



criado pela lei nº277 de outubro de 2006. Na ocasião, já fora previsto a criação do Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente Municipal, o Decreto 178 de 13 de julho de 2009 designou os membros efetivos do Conselho, que foi criado com vistas a discutir iniciativas para promover o desenvolvimento harmonioso entre desenvolvimento econômico e ambiental, o conselho atualmente está responsável pela elaboração de alguns projetos considerados prioritários para o municípios que são voltados basicamente ao saneamento (melhoria da qualidade da água, adequação do destino dos resíduos urbano, Zoneamento Ecológico, econômico do Município, Macrozoneamento Municipal, entre outros), esse foi um dos um dos fatores que habilitou o município em 2009 à realizar licenciamento ambiental para algumas atividades, principalmente no meio urbano, já que a lei 140-2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição e limita as competências municipais, estaduais e federais.

Está vigente também, o Conselho do Rio Oiapoque, o qual foi criado com a participação de secretários de Estado do Amapá, representantes do Poder Público e da sociedade civil de Oiapoque e Guiana Francesa com objetivo de discutir iniciativas para promover o desenvolvimento harmonioso da zona de fronteira; facilitar o diálogo entre a sociedade civil local, os governos locais e regionais; e promover o respeito e a dignidade humana por meio da prevenção e sensibilização das populações locais.

O Oiapoque possui um dos menores índices no conjunto do estado do Amapá de áreas nativas alteradas com 1,47% apenas. Além dessas características, grande parte das terras do Município é ocupada pelos parques nacionais (Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange), FLOTA AP, além das terras indígenas, Uaçá, Galibí, Juminã e Terra Indígena Wayampi.

O Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) foi criado pelo Governo Federal por meio do Decreto Nº 84.913 de 15 de julho de 1980, Com vistas a proteção integral. Possui uma área de 619.000ha e um perímetro de 590km e esta localizado no extremo norte do Estado do Amapá na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do Rio Oiapoque. Abrange parte dos Municípios de Calçoene (14,7%) e Oiapoque (9,8%), possui uma faixa de cerca de 200km de extensão adentrando ao mar em 10km (5,4 milhas náuticas), sendo que 100% do litoral do Município de Oiapoque e 76% do litoral de Calçoene . O parque protege 4,3% da área do Estado do Amapá, englobando as tipologias Manguezal, Campos periodicamente Inundados, Floresta de Várzea, Floresta Ombrófila Aberta, Cerrado e Restinga.

O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT) foi criado pelo governo federal através do Decreto s/nº de 22 de agosto de 2002. Possui uma área de 3.867.000 ha, um perímetro de 1.921 km e está localizado na porção Noroeste do Estado do Amapá. Faz fronteira com dois países vizinhos: o Território Ultramarino Francês (*Département d'outre-mer*) Guiana Francesa e a República do Suriname. É quase integralmente abrangido pela Faixa de Fronteira de 150 km, o que torna suas terras objeto de responsabilidade também dos órgãos da Defesa Nacional, através do Ministério da Defesa e do Conselho de Defesa Nacional. O parque foi criado com vista à proteção integral. Além do Oiapoque, abrange também os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari.

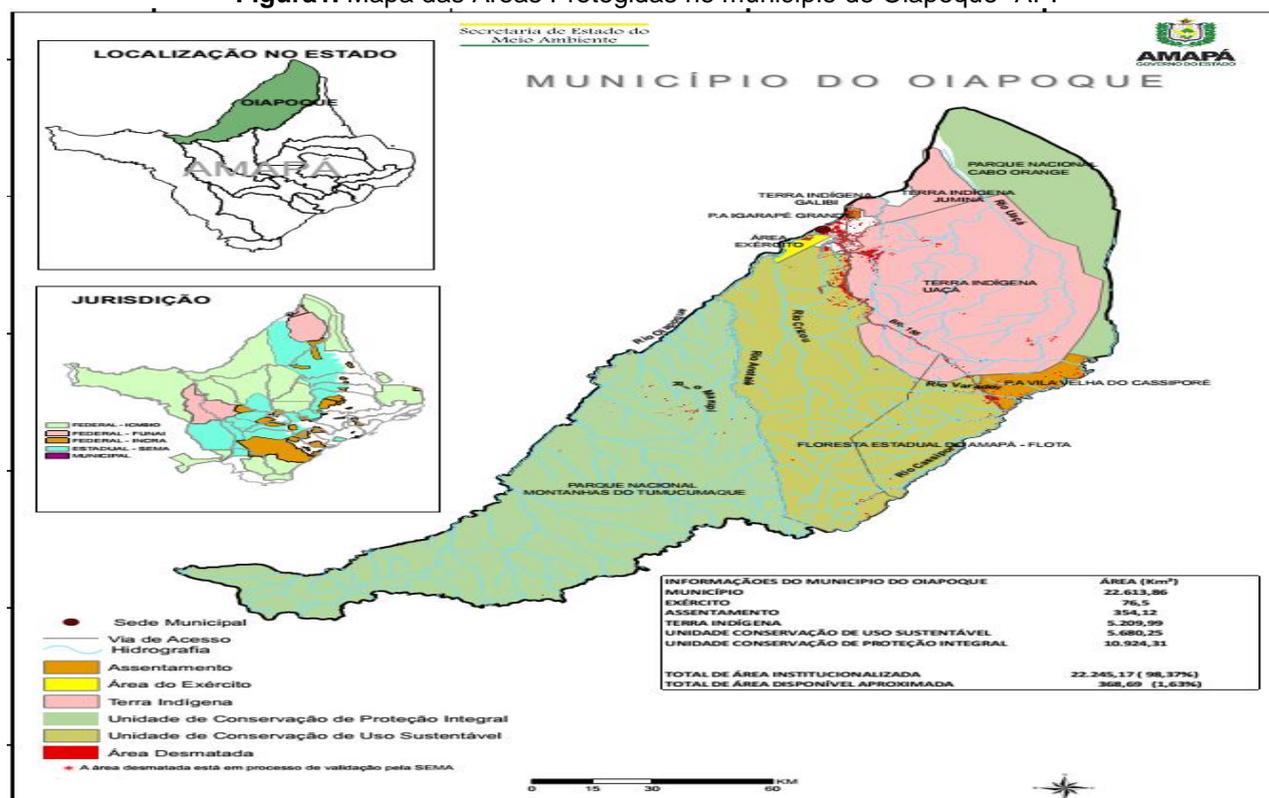
A Floresta Estadual do Amapá ou Flota/AP é uma área de floresta nativa decretada como Unidade de Conservação em 2006, com a finalidade de fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no estado do Amapá, visando à exploração dos produtos madeireiros e não madeireiros de forma racional (sustentável). Foi criada pela Lei nº1.028, de 12 de julho de 2006. A área total da FLOTA é de 2.369.400 ha e está dividida em quatro módulos. Do ponto de vista geográfico, a FLOTA engloba parte de 10 municípios do estado, Mazagão, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, Calçoene e Oiapoque. Além disso, se integra ao grande corredor da biodiversidade do qual o Amapá faz parte, assim, abriga muitas espécies de seres vivos, algumas com ocorrência restrita para essa região, outras com



importância econômica e cultural. Também são reservatórios de recursos florestais madeireiros e não madeireiros e de recursos genéticos.

No que se refere às terras indígenas tem-se, Terra Indígena Uaçá, criada pelo Decreto Nº 298 Karipuna Palikur, D.O.U. 30 de outubro de 1991, possui área de 470.164 há; Terra Indígena Galibi, criada pelo Decreto Nº 87.844 Karipuna, D.O.U. de 22 de novembro de 1982, área de 6.889 há; Terra Indígena Jumina, criada pelo Decreto S/Nº Karipuna, D.O.U. de 22 de maio de 1992, com área de 41.601 há e Terra Indígena Wayampi, Criada pela Port. Declaratória Nº 365 de 20 de abril de 2001. O Mapa a seguir, identifica essas áreas de proteção dentro do território do município de Oiapoque.

Figura1. Mapa das Áreas Protegidas no município de Oiapoque- AP.



Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente, 2012.

Como já citado anteriormente esta situação ecológica do município, tem restringido o desenvolvimento de algumas atividades econômicas potenciais e o atendimento de algumas políticas públicas entre elas a PNRS, que cobra a instalação de Aterro Sanitário. O Oiapoque tem encontrado dificuldades para identificar áreas que atendam todos os quesitos impostos pela lei, e pela resolução Conama 404-2008, entre as quais tem-se: vias de acesso ao local com boas condições de tráfego; respeito às distâncias mínimas estabelecidas na legislação ambiental e normas técnicas; respeito às distâncias mínimas estabelecidas na legislação ambiental relativas a áreas de preservação permanente, Unidades de Conservação, ecossistemas frágeis e recursos hídricos subterrâneos e superficiais; uso de áreas com características hidrogeológicas, geográficas e geotécnicas adequadas, uso de áreas que garantam a implantação de empreendimentos com vida útil superior a 15 anos, impossibilidade de uso de áreas ambientalmente sensíveis e de vulnerabilidade ambiental.



4.3.2 Gestão de resíduos sólidos: Levantamento dos arranjos metodológico que município está adotando para atender a PNRS

Este arranjo inclui a gestão e gerenciamento dos resíduos no município. De uma forma genérica, gestão de resíduos sólidos, são todas as normas e leis relacionadas a esta temática. Nesse sentido, o município já conta com um conjunto de leis, planos e projetos aplicáveis a resíduos significativos. Fazem parte deste conjunto, a Lei Orgânica do Município, a Lei de uso e ocupação do solo, o Projeto de Instalação de Aterro Sanitário (elaborado pela ADAP), Plano Municipal de gerenciamento de resíduos sólidos e Plano Municipal de Saneamento Básico (ambos em elaboração, sendo o segundo, apoiado por recursos oriundos da FUNASA).

As análises da efetividade desses planos, permite concluir que houve relativos avanços somente na área de projetos, que ainda não saíram do papel. Outra constatação é que apesar do município ter ciência da existência de catadores, não possui levantamento do número e da forma de atuação, com isso, também não tem programas e ações voltados a esses trabalhadores, constituindo assim um enorme problema social que necessita urgentemente ser alvo de políticas públicas.

Um ponto positivo indicado na pesquisa foi a grande participação social e institucionais quanto à cobrança na melhoria dos serviços de limpeza e manejo de resíduos, no Oiapoque além da pressão social, tem-se as institucionais encabeçadas pelo Ministério Público Estadual (MPE), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e IMAP, que muito tem deliberado e opinado sobre a temática.

No que tange o gerenciamento, as literatura afirmam, que trata-se de todas as operações que envolvem os resíduos, tais como, a coleta, tratamento e disposição final. Nesse contexto, o município oferece serviços de coleta de resíduos domiciliares e disposição final para toda área urbana. Já nas áreas rurais e nos distritos, atende somente em o Distrito Militar de Clevelândia do Norte e a Comunidade de Vila Vitória.

Quanto aos demais tipos de resíduos, somente os de Serviços de Saúde, são coletados e tratados por empresa especializada, os demais são destinados junto aos domésticos para o lixão municipal.

O sistema de coleta atende um cronograma operacional, que contempla a coleta três vezes na semana nos bairros, ressalta-se que esse serviço é prestados diretamente pela prefeitura sob-responsabilidade da Secretaria de Meio Ambiente.

A pesquisa apontou que como não há tratamento dos resíduos, o município também não dispõe de galpão de triagem, pátio de compostagem entre outros. No que se refere ao transporte de resíduos, a pesquisa indicou, que é feita por 02 Caminhões compactadores em bom estado de conservação, além disso, conta também com 01 Caçamba, 01 trator e 01 pá carregadeira, que auxiliam nas operações de limpeza, varrição e operação do lixão. A mão de obra utilizada para esse serviço é formada por poucos funcionários e segundo a secretaria de meio ambiente conta com 15 funcionários entre motoristas e garis.

Esse sistema de gerenciamento do Oiapoque tem representado despesas significativas para o município, girando em torno de R\$ 32.000 (trinta e dois mil reais) mensais, sendo R\$ 8.500 (Oito mil e quinhentos reais) destinado a locação do terreno, R\$12.000 (Doze mil) de combustível, R\$ 2.500 (Dois mil e quinhentos reais) para roçagem e R\$9.000 (Nove mil reais) para aquisição de material de consumo.

Quanto aos limites e possibilidades do atendimento da PNRS no Oiapoque, vislumbrou-se o seguinte quadro: a) Quanto a coleta seletiva, existe a possibilidade de atendimento em longo prazo, pois apesar de ter iniciado o processo de constituição de cooperativas em 2014, verificou-se que as tratativas pouco avançaram demandando um certo tempo para se concretizar. O Desafio ou limite está no apoio à inclusão produtiva dos catadores dentro de uma dinâmica sustentável; b) Desmobilização do lixão e Instalação de Aterro Sanitário, estima-se que a possibilidade mais próximas de cumprir esta meta se estenda para um horizonte de três anos. Identifica-se que os desafios são tanto de ordem técnica quanto financeira, sendo necessário, a



busca por o apoio técnico para ajustar os projetos de instalação já iniciados pelos municípios. Os desafios estão justamente na capacitação e fortalecimento dos setores responsáveis pela aquisição de financiamentos, dada as escassas possibilidades do próprio município dispensar receitas a essa política; e c) Elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos, quanto a esse atendimento, verificou-se que mesmo a passos lentos o município está tentando atender esta demanda, sendo assim, existe uma possibilidade de atendimento num horizonte de dois anos.

Em síntese, verificou-se que os desafios estão principalmente nas carências e precariedade relacionadas Infraestrutura de gerenciamento de resíduos sólidos; na frágil capacidade econômico-financeira do município frente às necessidades de investimentos e sustentabilidade econômica dos serviços voltados ao manejo de resíduos, na falta de Inventário/análise da atuação dos catadores, nas ruas ou nos lixões, e na falta de programas especiais (reciclagem, coleta seletiva, compostagem, cooperativas de catadores e outros).

4.4 Principais questões ambientais

As principais fontes de degradação ambiental do município estão vinculadas ao processo de urbanização, destinação inadequada dos resíduos sólidos urbanos, desmatamento para instalação de empreendimentos industriais e para obras de infraestrutura urbana e lançamento de esgoto sanitário. No que se refere à ocupação desordenada em locais impróprios, verifica-se que esta questão tem levado ao aumento do risco de contaminação da água e do solo, em razão da insuficiência de redes de esgoto e da deposição de resíduos sólidos em locais inadequados.

Muitos associam a falta de gestão e gerenciamento de resíduos ao surto de chikungunya, já que aumentou consideravelmente a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti* e esta diretamente associada à sujeira da cidade. Este surto ocorreu no início de 2015, na ocasião, o município estava sem coleta de resíduos o que acabou gerando a proliferação de muitos vetores entre eles o *Aedes Aegypti*. O município chegou a registrar mais de duas mil vítimas da febre chikungunya.

5. CONCLUSÃO

As evidências encontradas nos dados primários e secundários indicam, que apesar do avanço no quesito legislação voltada a resíduos no Brasil, verificou-se que esta política ainda não foi consolidada, sendo este o principal gargalo para os municípios, no Oiapoque assim como nos demais municípios amapaenses a consolidação de políticas públicas, como as voltadas aos resíduos, exige inicialmente, o fortalecimento do quadro técnico e a independência financeira. O município precisa fortalecer ações de estruturação, principalmente de suas receitas financeiras, de seus recursos humanos e dos serviços de infraestrutura urbana, já que o município possui posição bem privilegiada, única fronteira que possui um ponto de confluência entre um país sul-americano e um país europeu, e segundo as diversas referências consultadas este é um dos fatores que apresenta influência direta no comportamento econômico, social, político e cultural, configura-se como um mercado potencial quando da abertura da ponte binacional. No setor de saneamento Básico, principalmente no que se refere a resíduos sólidos, que vem sendo foco de regulamentações recentes, a citar a Política nacional de Resíduos Sólidos- Lei 12.305-2010, este precisa receber atenção especial, diante da constatação histórica de gestão frágil e tem condições de atender a PNRS, nesse sentido o fortalecimento do Conselho de meio Ambiente tem papel fundamental para que se inicie todo o procedimento para uma gestão e gerenciamento adequados.

AGRADECIMENTOS

Ao Governo do Estado do Amapá pela oportunidade de realização da pesquisa, ao Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá por me proporcionar o trabalho nesta área, à Universidade Federal do Pará e ao Núcleo de Meio Ambiente NUMA/PPGDAM pela oportunidade



de cursar o mestrado profissional e ao Professor Doutor André Farias pela atenção e orientação dedicada.

REFERÊNCIAS

ABRELPE - Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos especiais. Panorama dos resíduos sólidos no Brasil, 2010. Disponível em: www.abrelpe.org.br/downloads/Panorama2010.pdf. Acessado em: 07 de Novembro de 2014

AMAPÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Áreas protegidas do Estado do Amapá/ Coordenação Geoprocessamento e Tecnologia da Informação Ambiental – CGTIA: Macapá, 2012.

BRASIL. Atlas Brasil 2013. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2013.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Plano de manejo do Parque Nacional do Cabo Orange. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério dos Transportes. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA- Ponte internacional sobre o Rio Oiapoque, na BR-156/AP, Brasília, 2009.

GEA. Macrodiagnóstico do Estado do Amapá Primeira Aproximação do ZEE. Macapá, 2008.
IBGE, Cadastro Central de Empresas 2012. Rio de Janeiro: IBGE, 2014

IBGE, Produção Agrícola Municipal 2013. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Macapá, 2009.
IMAP. Os Lixões municipais no estado do Amapá. Macapá: IMAP 2014.

NASCIMENTO, O. A. Implicações do contexto da zona de fronteira/BR- 156/Ponte Binacional na configuração da paisagem urbana de Oiapoque. 2009. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional)–Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2009.

NASCIMENTO, O.A.; TOSTES, J.A. Oiapoque – “Aqui começa o Brasil”: as perspectivas de desenvolvimento a partir da BR-156 e da Ponte Binacional entre o Amapá e a Guiana Francesa. [http:// www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT13-808-726-20080510190744.p](http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT13-808-726-20080510190744.p). Acessado em 05 de fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, B; Dinâmicas sociais na fronteira entre o Estado do Amapá e a Guiana Francesa: Um Estudo sobre Oiapoque, Vila Vitória do Oiapoque e Cayenne. 2011. Dissertação (Mestrado Integrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DE CONFLITOS AGRÁRIO DO MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL, Relatório Final do Diagnóstico Sócio-Ambiental das Lixeiros Públicas Municipais do Estado do Amapá, Macapá, 2008.

SILVA, G. de V. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque-AP.